



**PERFORMATIVIDADE E CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO: um estudo
psicossociológico das experiências trans no contexto familiar**

**PERFORMATIVITY AND GENDER CONSTITUTION: A Psychosociological
Study of Trans Experiences in the Family Context**

Tatiana Mesquita de Souza¹, Terezinha Richartz²

¹Grupo unis, Varginha, Minas Gerais, E-mail: tatiana.souza@alunos.unis.edu.br;

ORCID: 0009-0000-1661-8559

² Grupo Unis, Varginha, Minas Gerais, E-mail: terezinha.richartz@professor.unis.edu.br;

ORCID: 0000-0002-8872- 1210

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre a performatividade e a constituição do gênero, com foco nas experiências psicossociais de pessoas trans no contexto familiar. O estudo parte da compreensão de que o gênero não é uma característica fixa ou exclusivamente biológica, mas um fenômeno social e culturalmente construído, influenciado por normas e expectativas que regulam os corpos, as identidades e as formas de reconhecimento social. O objetivo principal é analisar os impactos psicossociais da exclusão social vivenciada por pessoas trans, especialmente no que se refere ao estigma, ao preconceito e às consequências para a saúde mental. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de livros, artigos científicos e estudos acadêmicos que discutem os estudos de gênero e das experiências sociais e emocionais de pessoas trans. Os resultados indicam que os processos de exclusão e discriminação, frequentemente presentes nas relações familiares e sociais, estão associados ao sofrimento psíquico, como ansiedade, depressão e ideação suicida. Conclui-se que a compreensão das experiências trans sob uma perspectiva psicossociológica contribui para ampliar o debate acadêmico sobre gênero, estigma e cidadania, além de reforçar a importância de políticas públicas e práticas sociais voltadas à promoção da inclusão, do respeito à diversidade de gênero e da garantia de direitos para a população trans.

Palavras-chave: transgênero, estigma, exclusão, preconceito, psicossocial

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de Iniciação Científica aborda um tema relevante: Performatividade e constituição do gênero: um estudo psicossociológico das experiências trans no contexto familiar. Nesse sentido, a discussão sobre identidade de gênero tem ganhado crescente visibilidade nas últimas décadas, especialmente a partir das contribuições dos estudos de gênero e da teoria queer, que problematizam concepções essencialistas de gênero baseadas em determinismos biológicos. Nessa perspectiva, as experiências de pessoas trans tornam-se fundamentais para compreender como as normas sociais regulam os corpos, as identidades e as formas de reconhecimento social. Tais experiências revelam que a relação tradicionalmente estabelecida entre sexo biológico, identidade de gênero e expressão de gênero não é fixa ou natural, mas construída historicamente por meio de práticas sociais e culturais.

Além disso, por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, o estudo possui caráter bibliográfico e, portanto, é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos.

A partir disso, a presente pesquisa parte da seguinte questão norteadora: como os processos de exclusão social, marcados por estigma e preconceito, impactam psicossocialmente as pessoas trans no contexto familiar?

Nesse contexto, os transtornos psicológicos observados entre indivíduos transgêneros estão frequentemente associados às experiências de discriminação e estigma social. A exposição contínua à violência e ao preconceito pode intensificar significativamente sintomas de depressão, ansiedade e pensamentos suicidas. Uma pesquisa realizada no Brasil revelou que 67,7% dos indivíduos transgêneros relataram ter experimentado ideação suicida, enquanto 43,1% afirmaram já ter tentado suicídio em algum momento da vida (Chinazzo *et al.*, 2021). Esses dados evidenciam a gravidade do sofrimento psicológico associado aos processos de exclusão social vivenciados por essa população.

Diante desse cenário, justifica-se a relevância desta pesquisa, uma vez que se torna necessário ampliar os estudos que analisem as experiências de pessoas trans a partir de uma perspectiva psicossociológica, considerando os impactos da exclusão que essas pessoas enfrentam. Investigar os processos de estigma, preconceito e sofrimento psíquico, para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas sociais que moldam essas experiências.

Além disso, tais análises podem subsidiar a formulação de políticas públicas e estratégias de intervenção voltadas à promoção da saúde mental, ao combate à discriminação e à garantia de direitos e cidadania para a população trans. Em sociedades marcadas por normas rígidas de gênero e pela heteronormatividade, indivíduos trans frequentemente enfrentam rejeição familiar, preconceito social e diferentes formas de violência simbólica e física. Esse contexto de exclusão contribui para a produção de sofrimento psíquico, evidenciando que os desafios enfrentados por essas pessoas estão diretamente relacionados às condições sociais nas quais suas identidades são constantemente deslegitimadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Impactos psicossociais da exclusão, como estigma, preconceito e saúde mental

A compreensão das identidades de gênero e das experiências de pessoas trans tem sido amplamente discutida no campo dos estudos de gênero e da teoria queer. Essas abordagens questionam concepções essencialistas que compreendem o gênero como uma determinação natural derivada do sexo biológico, propondo uma análise que considera o gênero como uma construção social e cultural. Nesse sentido, as experiências trans tornam-se fundamentais para compreender os limites das normas sociais que organizam as identidades e os corpos.

Entre as contribuições mais relevantes para esse campo destaca-se a teoria da performatividade de gênero desenvolvida por Judith Butler. A autora propõe que o gênero não constitui uma essência fixa ou uma característica natural do sujeito, mas um efeito produzido por meio de práticas sociais reiteradas (*Butler, 2003*). Segundo Butler, os comportamentos, gestos e expressões que definem o masculino e o feminino são continuamente reproduzidos no interior de normas culturais que regulam os corpos e as identidades.

A partir dessa perspectiva, Butler argumenta que o gênero é performativo, ou seja, ele se constitui por meio de atos repetidos que produzem a aparência de uma identidade estável (*Butler, 2003*). Entretanto, a própria repetição dessas normas abre espaço para deslocamentos e transformações. Isso ocorre porque, ao serem reiteradas em diferentes contextos sociais, as normas podem ser reinterpretadas ou resignificadas pelos sujeitos (*Butler, 2015*).

As pessoas trans, ao transgredirem a matriz heterossexual compulsória, pautada pela coerência entre sexo, gênero e desejo, são consideradas “seres abjetos” (Kristeva, 1982) e, conseqüentemente, estigmatizadas em sociedades heteronormativas – aquelas que normatizam a heterossexualidade como um dispositivo natural e compulsório. No Brasil, faz-se presente uma discussão sobre a fluidez e instabilidade das categorias identitárias travesti e transexual. Lionço (2009) argumenta que as travestis e transexuais “se constituem subjetivamente como indivíduos pertencentes a um gênero que não corresponde linearmente ao sexo de nascimento”. Vale a pena lembrar que a identidade transexual como uma “categoria psiquiátrica” foi utilizada, inicialmente, para viabilizar (e restringir) o processo de modificação corporal no Sistema Único de Saúde (SUS). (*apud* Magno; Dourado; Silva, 2018, p. 2).

Nesse sentido, a discussão em torno do conceito de estigma se torna relevante, pois o processo de estigmatização destaca um traço específico do indivíduo. No caso das mulheres transgênero, esse traço é a identidade de gênero, o que impossibilita que outros atributos recebam atenção, imputando-lhes descrédito e discriminação, que, por sua vez, produzem desfechos negativos de saúde. O estigma e a discriminação, por exemplo, estão geralmente associados com a exclusão social, a baixa escolaridade e com as barreiras no acesso ao mercado de trabalho, podendo influenciar a entrada dessas pessoas no mercado sexual e a adoção de comportamentos de risco para doenças e agravos, como o uso de substâncias injetáveis sem orientações médicas e o sexo anal desprotegido com parceiros sexuais; também com desfechos psiquiátricos (como ansiedade e depressão) e uso de substâncias psicoativas. (Magno; Dourado; Silva, 2018).

A história de vida de muitas das travestis e mulheres transexuais parece indicar que a performance “afeminada” esteve presente nos corpos e nos objetos utilizados por elas desde a tenra infância, como marcas de separação das demais crianças. Essa performance parece envolver dois elementos centrais: o corpo e os objetos, que interagem entre si e com as pessoas da interação social para retroalimentar um processo de rotulação. (Magno; Dourado; Silva, 2018).

Segundo Laio Magno, Inês Dourado e Luis Augusto Vasoncelos da Silva (2018), o corpo é performado, ainda na infância e adolescência, por intermédio de trejeitos “de menina”, “boiola”, “viado”, que são muitas vezes identificados por integrantes da família ou por pessoas próximas. Os objetos (boneca, toalha de cabelo, assessórios etc.) e roupas (vestidos, saias etc.) utilizados na infância possuem um agenciamento performático importante.

Observa-se que os objetos auxiliam a fabricação de uma performance “afeminada” e reafirmam a matriz heterossexual compulsória binária; possuindo, portanto, um agenciamento importante na ação humana e em suas performances. Além disso, são identificados como marcadores que distinguem a performance “afeminada” das travestis e mulheres transexuais daquelas apresentadas pelos meninos, frustrando a expectativa de muitos atores, a começar pelos membros da família. (Magno; Dourado; Silva, 2018).

As performances distinguem as travestis e mulheres transexuais de outras pessoas pelo processo de rotulação e de separação entre grupos considerados “normais” (ou aqueles tidos como apropriadamente generificados) e “anormais” (aqueles que não se encaixam na divisão binária). Esse atributo também parece impor a impossibilidade de atenção social para outros atributos e imputar sobre elas um grande descrédito. Assim, durante a infância, quase sempre essa performance provoca atos de discriminação e de violência contra as travestis e mulheres transexuais no ambiente da família, da escola e entre outras crianças, como relatados em outros estudos.

Desta forma, o estigma envolveria a associação das diferenças humanas – que são rotuladas – com características negativas, a conexão entre essas duas propriedades conformaria o denominado de estereótipo. E outro componente ocorreria quando os rótulos sociais promovem a separação entre duas categorias de pessoas: “nós” e “eles”. Neste estudo, não foram raras as narrativas sobre expulsão de travestis e mulheres transexuais de casa por conta da performance “afeminada”, que demonstram tanto a estereotipia, quanto a separação das travestis e mulheres transexuais do convívio familiar com aquelas pessoas consideradas apropriadamente generificadas, reforçando, portanto, um sistema de gênero binário oposicional, baseado na coerência sexo, gênero e desejo (Magno; Dourado; Silva, 2018).

Assim, os transtornos psicológicos que surgem entre indivíduos transgêneros estão intrinsecamente conectados à discriminação e ao estigma que eles enfrentam. A exposição persistente à violência e ao preconceito exacerba significativamente os sintomas de depressão, ansiedade e pensamentos suicidas. Um estudo realizado no Brasil revelou que 67,7% dos indivíduos transgêneros relataram ter experimentado ideação suicida, com 43,1% tendo tentado suicídio anteriormente (Chinazzo *et al.*, 2021). Essas estatísticas preocupantes ressaltam a necessidade crítica de intervenções projetadas para mitigar o preconceito e fornecer suporte de saúde mental suficiente para esse grupo demográfico.

Diante disso, as taxas alarmantes de ansiedade, depressão e pensamentos suicidas entre indivíduos transgênero são preocupantes. Os fatores contribuintes incluem rejeição familiar, discriminação em ambientes educacionais e desafios na obtenção de serviços de saúde. Um estudo de Tassi (2023) revelou que entre mulheres transgênero aguardando procedimentos de afirmação de gênero, 37,5% apresentaram sintomas de depressão, 25% experimentaram ansiedade e 12,5% relataram ideação suicida. Essas estatísticas ressaltam a necessidade crítica de fornecer suporte psicológico e melhorar o acesso a tratamentos adequados para aliviar o sofrimento psicológico enfrentado por essa população.

Um estudo realizado no Distrito Federal revelou que indivíduos transgêneros que se identificam como homens experimentaram uma incidência notavelmente alta de pensamentos suicidas, chegando a 80%. Em termos de orientação sexual, 87,5% dos indivíduos bissexuais relataram ideação suicida semelhante. Além disso, a desaprovação ou falta de conscientização dos familiares em relação à orientação sexual desses indivíduos foi associada a uma frequência alarmante de pensamentos suicidas, que pode chegar a 90%. Esses indivíduos enfrentam maior suscetibilidade ao sofrimento mental devido à transfobia estrutural generalizada presente na sociedade. Membros da comunidade lésbica, gay, bissexual e transgênero (LGBT+) relatam consistentemente experiências de abuso e marginalização daqueles que lutam para aceitar a diversidade. (Magno; Dourado, Silva, 2018).

De acordo com Zwickl, Wongdo e Dowsett (2021), transtornos mentais impactam significativamente o comportamento suicida e, quando associados a elementos como transfobia, podem exacerbar ideias ou tentativas suicidas. O comportamento suicida abrange uma série de ações, incluindo o desejo de acelerar a morte, ações autodestrutivas indiretas, parassuicídio, automutilação intencional, tentativas de suicídio, automutilação e suicídio. Uma pesquisa comunitária realizada na Austrália revela que a comunidade trans experimenta taxas elevadas de tentativas de suicídio, automutilação e depressão. A ocorrência de tentativas de suicídio resulta de uma interação complexa de fatores de risco sociopolíticos, ambientais, interpessoais e estruturais.

Dessa maneira, o estigma e a discriminação enfrentados por indivíduos transgêneros em diversos ambientes sociais impactam profundamente sua saúde mental. Pesquisas mostram que as taxas de depressão e ansiedade entre pessoas transgênero são marcadamente maiores do que aquelas na população em geral. Por exemplo, um estudo realizado na Espanha descobriu que indivíduos trans ou não binários são 16 vezes mais suscetíveis à depressão e 11 vezes mais propensos à ansiedade quando comparados à

população cisgênero (Instituto de Salud Carlos III, 2024). Essas descobertas ressaltam a correlação direta entre discriminação sistêmica e o declínio da saúde mental dentro dessa comunidade.

Neste contexto, a transexualidade é definida como a sensação experimentada por um indivíduo que percebe uma incapacidade de se conformar às expectativas sociais associadas ao seu sexo anatômico. Isso envolve a identificação com características consideradas representativas do sexo oposto e a busca por intervenções cirúrgicas e/ou hormonais para alinhar sua forma física com seu estado psicológico. No entanto, é a recusa em aceitar essa realidade, decorrente das normas culturais inflexíveis prevalentes em nossa sociedade, que serve como a principal fonte de sofrimento para indivíduos transexuais. (Arán; Zaidhaft; Murta, 2008).

Nos dias de hoje, não é mera coincidência que a transexualidade continue a ser percebida como uma patologia dentro do campo da medicina, com os principais manuais diagnósticos internacionais categorizando-a como um transtorno de personalidade associado à identidade de gênero. Essa classificação tem enfrentado críticas substanciais de vários acadêmicos nas ciências humanas e sociais (Bento; Pelucio, 2022; Butler, 2019), bem como de vários indivíduos que se identificam como transexuais. Esses críticos argumentam que, ao rotular a transexualidade como uma doença, a comunidade médica perpetua estigmas e rótulos sociais, minando assim o direito de expressar livremente a identidade de gênero e reforçando significativamente as normas sociais estabelecidas.

De acordo com os estudos de Melo (2000), estigmas podem ser considerados identidades deterioradas por uma ação social, que representam um aspecto negativo da sociedade e, portanto, devem ser evitadas. Para Cardoso (2021), entanto, a construção desse ser estigmatizado é pautada por um longo processo de construção. (Magno; Dourado; Silva, 2018).

Becker (1986) define poder como prestígio, riqueza e habilidade de manter o controle social sobre alguém. E é esse sistema que engloba o processo que envolve a sociedade e o estigma, pois, a sociedade, nesta compreensão, tem o poder de impor suas normas, valores e crenças sobre as pessoas com menos poder (Cardoso, 2021, p. 99).

Desse modo, o estigma social denota um traço ou característica que torna um indivíduo desqualificado, distinguindo-o como diferente e menos aceito dentro de contextos sociais. Goffman (1963) postula que o estigma surge de uma divergência entre a identidade social virtual (a percepção do indivíduo) e a identidade social real (o verdadeiro eu do indivíduo), culminando em um senso de identidade diminuído. Essa

divergência faz com que o indivíduo seja percebido como “manchado” ou “desacreditado” aos olhos dos outros, influenciando assim suas interações sociais e oportunidades de vida.

A omissão estatal contribui para a manutenção da exclusão social, ao ignorar a transfobia e as violências que têm a identidade de gênero como alvo, a mensagem que passa é dolorosa: vidas trans não importam. E isso pesa, especialmente para jovens trans, que já enfrentam tantas barreiras. Essa falta de reconhecimento não só aprofunda a exclusão, mas também alimenta uma violência simbólica e real que deixa marcas profundas em quem só quer existir em paz. (Benevides, 2025).

Em relação aos dados absolutos dos últimos 8 anos, produzidos desde 2017, período em que a ANTRA passa a fazer a pesquisa, conseguiram mapear um total de 1179 (um mil cento e setenta e nove) assassinatos de pessoas trans, travestis, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias brasileiras. Foram 122 assassinatos em 2024, 145 assassinatos em 2023 e 131 casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e; 179 casos em 2017 (o ano com o maior número de assassinatos de pessoas trans na série histórica). Isso representa uma média de 147 assassinatos por ano e 12 casos por mês. (Benevides, 2025).

Observando o contexto de (anti)gênero, o Brasil segue como o país do transfeminicídio. Travestis e mulheres trans representam 97% dos casos, com 1.141 assassinatos, nos últimos oito anos contabilizados na pesquisa. Esse dado corrobora o ranking global publicado pela TGEU, mostrando que o mesmo cenário se repete ao redor do mundo. Em 2024, das 122 vítimas de assassinatos localizadas e consideradas na pesquisa, 117 eram travestis/mulheres trans, explicitando que a violência de gênero, a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas. O número de vítimas do gênero feminino em 2017 foi de 169 assassinatos de travestis e mulheres trans; 158 casos em 2018; 121 assassinatos em 2019; 175 casos em 2020; 2021 teve 135 assassinatos; em 2022 foram 130; e 2023 teve 136 casos. (Benevides, 2025).

No ano de 2024, 5 homens trans e pessoas transmasculinas foram assassinadas. Entre os anos de 2017 e 2024, foi identificado um total de 37 casos de assassinatos de homens trans e pessoas transmasculinas mapeados pela ANTRA, que representam 3% da amostra total para esse período. A partir desses dados, podemos concluir que, em 2024, uma pessoa transfeminina (travesti ou mulher trans) tem até 30 vezes mais chances de ser assassinada, sobretudo no espaço público que uma pessoa transmasculina ou não binária,

o que deixa claro, portanto, que a sua identidade de gênero e os estigmas em torno das travestilidades representam fatores de alto risco. (Benevides, 2025).

A representação midiática das pessoas trans tem sido historicamente marcada por processos de estigmatização e estereotipação, frequentemente associando essas identidades à violência, marginalidade ou criminalidade. Esse tipo de abordagem contribui para a construção de um imaginário social negativo, reforçando práticas de discriminação e exclusão. Além disso, a ausência de representações positivas e humanizadas dificulta a ampliação do reconhecimento social dessa população. Nesse sentido, a forma como a mídia aborda as questões de gênero desempenha papel relevante na manutenção ou na transformação das normas sociais que regulam as identidades de gênero. (Benevides, 2025).

De acordo com Viana *et al.*, (2025), o estudo investigou os impactos psicológicos do estigma e da discriminação em pessoas transgênero, analisando como essas adversidades afetaram profundamente sua saúde mental, relações sociais e qualidade de vida. Identificaram que a transfobia estrutural e sua interseccionalidade com outras formas de opressão, como racismo e classismo, intensificaram as desigualdades sociais. Esses fatores contribuíram para o aumento alarmante de transtornos psicológicos, incluindo ansiedade generalizada, depressão severa e tendências suicidas, particularmente em casos onde havia rejeição por parte do núcleo familiar ou da comunidade. A análise revelou ainda que a discriminação institucional se manifesta de forma sistêmica nos setores de saúde, educação e mercado de trabalho, criando obstáculos persistentes ao acesso a serviços essenciais. A carência de preparo adequado entre profissionais e a perpetuação de estereótipos prejudiciais reforçaram ciclos de exclusão e violência psicológica.

Os efeitos do estigma e da discriminação na saúde mental dos indivíduos transgêneros manifestaram-se através das dificuldades na aceitação social, falta de apoio familiar e barreiras ao acesso aos serviços essenciais. A transfobia estrutural exacerbou desigualdades existentes que limitaram oportunidades disponíveis; isso tornou ainda mais desafiador para essas pessoas encontrar pertencimento e reconhecimento. (Viana *et al.*, 2025).

A discriminação e o estigma social enfrentados por pessoas transgênero representam um grave problema de saúde pública. Esses fatores afetam diretamente sua saúde mental e qualidade de vida. A transfobia estrutural atingiu diversos setores da sociedade, como a família, a escola, o mercado de trabalho e o sistema de saúde,

dificultando o acesso a direitos fundamentais e aumentando a vulnerabilidade dessa população. Muitos transgêneros enfrentaram problemas familiares, dificuldades para conseguir emprego, violência verbal e física, além de negligência nos atendimentos médicos, o que aumentou o risco de transtornos psicológicos, como ansiedade, depressão e altos índices de ideação e tentativa de suicídio. A exclusão dessas pessoas e a falta de políticas públicas efetivas agravaram ainda mais o problema, tornando o acesso a serviços de saúde mental uma barreira constante. Diante deste cenário, tornou-se crucial discutir estratégias para minimizar os efeitos psicológicos negativos do estigma e da discriminação, promover a inclusão social e assegurar acesso adequado aos serviços de saúde mental. (Viana *et al.*, 2025), (Magno; Dourado; Silva, 2018).

A construção da saúde mental é profundamente influenciada pela identidade de gênero. Um efeito prejudicial considerável no bem-estar psicológico ocorre quando a expressão de gênero de um indivíduo é invalidada ou suprimida. A internalização do estigma, muitas vezes decorrente da falta de reconhecimento e preconceitos, pode culminar em diminuição da autoestima, aumento do isolamento social e exacerbação de transtornos de saúde mental (Soares; Santos; Oliveira, 2021). Portanto, é vital afirmar a identidade de gênero e promover ambientes inclusivos para melhorar os resultados positivos de saúde mental para indivíduos transgênero.

A cada dia, a sociedade brasileira é confrontada com notícias sobre a violência contra pessoas trans. Trata-se de um grave problema de saúde pública, que tem suas raízes na discriminação e no preconceito. A alta taxa de suicídio entre esse grupo é um reflexo profundo da desigualdade e da exclusão social que enfrentam. A interseccionalidade de gênero, raça, classe e contexto social torna essas pessoas ainda mais vulneráveis, intensificando o sofrimento psicológico e aumentando o risco de serem suicidadas. No livro "O Suicídio", Durkheim demonstrou que fatores sociais, como a falta de senso de pertencimento, o isolamento social, a fragmentação das sociedades, a desordem moral e dificuldades sociais e econômicas, impactavam significativamente as taxas de suicídio. Nesse trabalho, ele consolidou o conceito clássico de "fato social", caracterizado como um conjunto de práticas, condições e comportamentos coletivos que moldam as escolhas individuais. A discriminação, o preconceito e a exclusão social, somados à violência física e psicológica, geram um profundo impacto na saúde mental dessa população, culminando em altas taxas de suicídio. A cisnormatividade e a heteronormatividade, que regem as relações sociais, impõem padrões de comportamento e identidade que muitas vezes são incompatíveis com a experiência das pessoas trans, intensificando o sofrimento e a

exclusão. A análise dos dados sobre suicídio entre pessoas trans revela a urgência de políticas públicas que promovam a saúde integral e o bem-estar dessa população, combatendo a violência e a discriminação em todas as suas formas. (Benevides, 2025).

3 MATERIAL E MÉTODOS

Embora grande parte das pesquisas exija algum tipo de levantamento bibliográfico, há estudos que se desenvolvem exclusivamente a partir desse tipo de fonte. Muitos estudos exploratórios, por exemplo, podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como aqueles que se propõem a analisar diferentes posições teóricas acerca de determinado problema. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica utiliza materiais previamente elaborados, como livros, artigos e documentos, com o objetivo de analisar, discutir e compreender teorias existentes sobre um tema. Esse tipo de investigação permite o aprofundamento conceitual, a identificação de lacunas no conhecimento e a construção de referenciais teóricos consistentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que pessoas trans frequentemente vivenciam processos de exclusão social, estigmatização e preconceito, especialmente em contextos marcados por normas rígidas de gênero. Esses processos podem se manifestar desde a infância, quando expressões de gênero consideradas dissidentes das expectativas sociais passam a ser alvo de discriminação, rotulação e tentativas de correção comportamental, muitas vezes no próprio ambiente familiar.

Considerando esse contexto, a família exerce papel central na reprodução das normas de gênero, podendo tanto reforçar expectativas tradicionais quanto produzir situações de conflito, rejeição ou violência simbólica quando essas normas são questionadas. Tais experiências contribuem para o desenvolvimento de sofrimento psíquico, sentimentos de inadequação e isolamento social entre pessoas trans.

Estudos apontam que a estigmatização associada à identidade de gênero está diretamente relacionada a maiores índices de ansiedade, depressão e ideação suicida nessa população. No Brasil, uma pesquisa identificou que 67,7% das pessoas trans relataram ideação suicida e 43,1% afirmaram já ter tentado suicídio em algum momento

da vida (Chinazzo *et al.*, 2021), evidenciando os impactos psicossociais da discriminação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos psicossociais da exclusão social vivenciada por pessoas trans. A partir da análise bibliográfica realizada, foi possível compreender que as experiências de pessoas trans são fortemente marcadas por processos de estigmatização, preconceito e discriminação, especialmente em contextos sociais que reforçam normas rígidas de gênero e expectativas heteronormativas.

Os resultados apontam que a exclusão social vivenciada por essa população pode gerar importantes consequências para a saúde mental, como sentimentos de isolamento, sofrimento psíquico, ansiedade, depressão e ideação suicida. Esses fatores demonstram que as dificuldades enfrentadas por pessoas trans não estão relacionadas à identidade de gênero em si, mas às condições sociais de marginalização e violência que frequentemente acompanham suas trajetórias de vida.

Nesse sentido, a perspectiva da performatividade de gênero contribui para compreender que as identidades de gênero são construídas socialmente e podem ser constantemente reinterpretadas e transformadas. As experiências trans, portanto, não apenas evidenciam os mecanismos de exclusão presentes na sociedade, mas também revelam possibilidades de transformação social e ampliação das formas de reconhecimento e cidadania.

Por fim, destaca-se a importância de ampliar pesquisas que abordem as experiências de pessoas trans sob diferentes perspectivas, especialmente no campo psicossocial, de modo a contribuir para a construção de conhecimentos que subsidiem políticas públicas, práticas institucionais e ações sociais voltadas à promoção da inclusão, do respeito à diversidade de gênero e da garantia de direitos para a população trans.

ABSTRACT

This article presents a bibliographic research on the performativity and the constitution of gender, focusing on the psychosocial experiences of trans people in the family context. The study is based on the understanding that gender is not a fixed or exclusively biological characteristic, but a socially and culturally constructed phenomenon, influenced by norms and expectations that regulate bodies, identities, and forms of social recognition. The main objective is to analyze the psychosocial impacts of social exclusion

experienced by trans people, especially regarding stigma, prejudice, and consequences for mental health. The research was developed through a bibliographic review of books, scientific articles, and academic studies that discuss gender studies and the social and emotional experiences of trans people. The results indicate that processes of exclusion and discrimination, often present in family and social relationships, are associated with psychological distress, such as anxiety, depression, and suicidal ideation. It is concluded that understanding trans experiences from a psychosociological perspective contributes to expanding the academic debate on gender, stigma, and citizenship, as well as reinforcing the importance of public policies and social practices aimed at promoting inclusion, respect for gender diversity, and the guarantee of rights for the trans population.

Keywords: transgender, stigma, exclusion, prejudice, psychosocial.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa de Iniciação Científica, que tornou possível a realização deste projeto de pesquisa intitulado “Performatividade e Constituição do Gênero: um estudo psicossociológico das experiências de pessoas trans no contexto familiar”. O apoio do CNPq foi essencial para o desenvolvimento das investigações e para o fortalecimento da formação acadêmica e científica.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia; ZAIDHAFT, Sérgio; MURTA, Daniela. **Transexualidade:** corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 89–106, 2008. DOI: 10.1590/S0103-73312008000100006.

BECKER, Howard S. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasil: ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização das identidades trans e os desafios contemporâneos das políticas de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 2022.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Desfazendo o gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, Ranyella de Siqueira-Hélio. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica. **Imagonautas**, v. 2, n. 1, p. 92–113, 2021.

CHINAZZO, Ítala Raymundo et al. Impact of minority stress in depressive symptoms, suicide ideation and suicide attempt in trans persons. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 3, p. 5045–5056, 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212611.3.28532019.

DOURADO, Ines *et al.* Construindo pontes: a prática da interdisciplinaridade. Estudo PopTrans: um estudo com travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil **Cad Saúde Pública**, v. 32, n. 9, 2016. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00181415>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/GhYH9dYqbWpjWV3hyHJSZxh/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 mar. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

INSTITUTO DE SALUD CARLOS III. **Saúde mental e desigualdades em pessoas trans e não binárias na Espanha**. Madrid: Instituto de Salud Carlos III, 2024.

KRISTEVA, Julia. **Powers of horror: an essay on abjection**. New York: Columbia University Press, 1982.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 43–63, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAGNO, Laio; DOURADO, Inês; SILVA, Luis Augusto Vasconcelos da. **Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3spHF8TDqVCvqwPSMfyZskt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2026.

MELO, Z. M. Estigma: espaço para exclusão social. **Revista Symposium**, 4 (especial), p. 18-22. 2000.

SOARES, Aline da Silva; SANTOS, Maria Eduarda; OLIVEIRA, João Pedro. Saúde mental, estigma e qualidade de vida em pessoas transgênero. **Revista Brasileira de Psicologia e Saúde**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 45-60, 2021.

TASSI, Maria Eduarda. Saúde mental de mulheres transgênero em processo de afirmação de gênero. **Revista Brasileira de Psicologia**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 45–60, 2023.

VIANA, David Oliveira *et al.* Estigma e discriminação: impactos psicológicos em pessoas transgênero. **RevistaFT Psicologia**, v. 29, 2025. DOI: <https://doi.org/10.69849/revistaft/cl10202509241132>

ZWICKL, Stephanie; WONG, Catherine F.; DOWSETT, Gary W.; et al. Suicidality, self-harm and depression among transgender adults in Australia. **The Lancet Psychiatry**, Londres, v. 8, n. 4, p. 331-340, 2021. DOI: 10.1016/S2215-0366(20)30547-9.